



JUSTIFICAÇÃO

A Petrobras figura como um dos principais elementos na investigação conhecida como “Lava-Jato”, em curso na Justiça Federal do estado do Paraná, que visa desbaratar um dos maiores casos de corrupção, locupletamento ilícito e lavagem de dinheiro que se tem noticiado no Brasil. Até a presente data foram negociados – no bojo de diversas delações premiadas e apreensões policiais – a devolução de milhares de reais, com possibilidade de que estes valores devidamente desviados ultrapassem a casa dos bilhões.

Segundo o Ministério Público Federal, a dilapidação do patrimônio da Petrobras dura há, pelo menos, dez anos e envolve grandes empreiteiras, altos executivos da petroleira e agentes públicos. Segundo o MPF, de forma bem sintética, o *modus operandi* ocorria por intermédio do

“superfaturamento de contratos por um cartel de empreiteiras que cooptou funcionários do alto escalão da Petrobras, pagando-os por meio dos operadores financeiros. (...) As empreiteiras se cartelizaram em um ‘clube’ para substituir uma concorrência real por uma concorrência aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato e qual seria o preço, inflado em benefício privado e em prejuízo dos cofres da estatal. (...)



As empreiteiras pagavam propinas para funcionários do alto escalão da Petrobras no valor de 1% a 5% do valor dos contratos, dinheiro que era repartido entre os funcionários, partidos políticos, membros do Congresso Nacional e operadores. Um dos funcionários da estatal chegou a receber mais de R\$ 100 milhões de dólares de propina.”¹

Muito se investigou durante o funcionamento da Comissão Parlamentar Mista que se instalou no Congresso Nacional no segundo semestre de 2014, mas o rol de desvios não se exauriu naquela investigação. Para além das aquisições de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal, inúmeros outros casos são suspeitos de integrarem esse esquema que sangrou os cofres públicos.

O Complexo Petroquímico – COMPERJ, no Rio de Janeiro; as Refinarias Premium I e II, localizadas respectivamente no Maranhão e no Ceará; a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Paraná; o afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a venda de ativos da Petrobras na África e as operações da Sete Brasil também estão no rol de operações que merecem ser investigadas em razão de suspeitas de terem servido para irrigar os cofres da corrupção e da dilapidação do patrimônio da Petrobras.

Em relação ao Sr. Pedro Barusco, ex-Gerente-Executivo da Diretoria de Serviços da Petrobras e subordinado do ex-Diretor Renato Duque, a imprensa noticiou ter ele aceitado a proposta de delação premiada e concordado em devolver mais de U\$ 100 milhões aos cofres públicos.

¹ <http://www.lavajato.mpf.mp.br/index.html>



Ademais, depoimentos do ex-gerente da Petrobras, afirmou que existia dentro da Petrobras um grande esquema de desvio de recursos, em que o PT teria arrecadado cerca de US\$ 200 milhões ilicitamente. Reportagem da veja.com detalha o esquema de corrupção na estatal:

Durante o período no qual foi gerente executivo de Engenharia da Petrobras, subordinado ao diretor de Serviços, Renato de Souza Duque, de fevereiro de 2003 a março de 2011, houve pagamento de propinas em favor do declarante Barusco e de Renato Duque.

Quando Renato Duque deixou a Diretoria de Serviços, em 2012, ele fez uma espécie de acerto de contas com Barusco para receber parte da propina que havia sido direcionada inicialmente ao auxiliar. No acordo, Barusco destinou valores de futuras propinas para o ex-chefe – pelo acordo do Clube do Bilhão, as empresas precisavam confirmar o pagamento de dinheiro na trama criminosa.

Depoimentos – No fim de novembro, Barusco prestou diversos depoimentos reservados ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal após acordo de delação premiada. Nas palavras de um dos investigadores, foram "demolidores" no detalhamento da atuação de Renato Duque.

Também, em reportagem da Folha de São Paulo, Barusco detalhou como era feita a divisão da propina dos contratos com a Petrobras:

2/3 [dois terços] para João Vaccari; e 1/3 para 'Casa 1' e 'Casa 2'". Barusco envolveu outros funcionários da Petrobras no esquema.

A "Casa 1", segundo o ex-gerente, era o termo usado para "o pagamento de propina no âmbito da Petrobras, especificamente para o diretor de Serviços Renato Duque e Roberto Gonçalves, o qual substituiu o declarante na gerência executiva da Área de Engenharia".

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável à acareação entre o Sr. PEDRO BARUSCO e o Sr. RENATO DUQUE nesta CPI, como forma de ouvirmos suas versões dos fatos, avaliar as provas que porventura



CAMARA DOS DEPUTADOS

eles pretendam apresentar, de forma a lhes assegurar o contraditório e a ampla defesa. Por essas razões, conclamamos os nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS**

**DEPUTADO EFRAIM FILHO
DEM/PB**